

SER FILÓSOFO NAS LUZES FRANCESAS: SOBRE O "VERDADEIRO FILÓSOFO" DE DU MARSAIS

BEING A PHILOSOPHER IN THE FRENCH LIGHTS: ON DU
MARSAIS' "THE TRUTHFUL PHILOSOPHER"

PAULO JONAS DE LIMA PIVA¹
(UFABC/Brasil)

RESUMO

No século XVIII, nascedouro do Iluminismo, mais precisamente no submundo francês dos manuscritos e livros clandestinos, um texto explicando em detalhes o que é ser um filósofo de verdade – ou melhor, dado o contexto, explicando o que é ser um filósofo iluminista –, teve muitos leitores, o que chamou a atenção de vários intelectuais importantes da época, dentre eles D'Alembert e Voltaire, chegando a ganhar por sua celebridade uma segunda versão, condensada, porém, legalizada. Trata-se do texto do gramático, advogado e enciclopedista César Chesneau Du Marsais (1676-1756), ou Dumarsais, intitulado *O verdadeiro filósofo*, e que se popularizou como *O filósofo*. Concebido em 1730 e publicado em 1743, o texto foi transformado postumamente, no ano de 1765, no verbete "Filósofo" da *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert, até receber a sua última versão em 1796. É sobre esse documento das Luzes francesas menos comentado entre nós, mas muito conhecido na França absolutista, em particular da sua concepção de filósofo, que trata este artigo, no fundo, um desafio para pensarmos o que é ser iluminista no século XXI.

Palavras-chave: Du Marsais; Enciclopédia; Filósofo; Iluminismo; Neoiluminismo.

ABSTRACT

In the 18th century, at the origin of Enlightenment, and more precisely, in the underworld of manuscripts and clandestine books, a text explaining in detail what is being a truthful philosopher – rather, in the given context, what is being an Enlightenment philosopher –, had many readers, and this fact caught the attention of many important intellectuals from that time, among them, D'Alembert and Voltaire. Due to its celebrity, the text gained a second version, this one condensed, but legalized. It is the text from the grammarian, lawyer and encyclopedist César Chesneau Du Marsais (1676-1756), or Dumarsais, entitled *The Truthful Philosopher*, which became popular as *The Philosopher*. Conceived in 1730 and published in 1743, the text was posthumously transformed, in 1765, in the entry "Philosopher" from the *Encyclopedia* of Diderot and D'Alembert until receiving the last version in 1796. It is about this document from French Lights that received fewer comments from us, but which was very well known in Absolutist France,

particularly in which concerns its conception of philosopher, that this article deals with, and properly speaking, it is a challenge to think what is being an Enlightenment thinker in the 21st century.

Keywords: Du Marsais; Encyclopedia; Philosopher; Enlightenment; Neo-Enlightenment.

Introdução: ser filósofo

O que é ser filósofo na terceira década do século XXI, sobretudo depois de Marx, Freud, *A náusea*, do Holocausto e do Youtube, e em meio a uma diversidade de concepções de filosofia que inclui, mais recentemente, o pensamento decolonial, a filosofia africana e a epistemologia feminista? Neste congestionado e frenético cenário contemporâneo talvez seja mais difícil e complexo ser filósofo hoje do que ser filósofo, por exemplo, no século XVIII, mais exatamente nas Luzes francesas, as quais, considerando as devidas proporções, produziram um empreendimento intelectual tão monumental e influente quanto o nosso Google para esclarecer e precisar aquela realidade. Trata-se aqui da *Enciclopédia, ou Dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios*, de Diderot e D'Alembert, na prática, uma obra feita a muitos cérebros, composta de trinta e cinco volumes, dezessete deles de textos e o restante de gravuras e ilustrações, durante o período de 1751 a 1772, e que atuou como o principal instrumento filosófico e ideológico do Iluminismo francês. A propósito, no seu volume 12, de 1765, há um verbete intitulado "Filósofo", que explica o que é ser filósofo no século XVIII, na verdade, uma versão resumida e alterada, feita provavelmente por Voltaire em coautoria incerta, do livro *O verdadeiro filósofo*, do gramático, advogado e também enciclopedista César Chesneau du Marsais, ou Dumarsais (1676-1756). Popularizado como *O filósofo*, o livro foi escrito por volta de 1730, publicado pela primeira vez em 1743, numa coletânea de tratados heterodoxos sobre religião e política protegidos pelo anonimato e por pseudônimos, vinda da Holanda, intitulada *Novas liberdades de pensar*, e, por fim, republicada com acréscimos em 1796 (BALADI, 2008, 15).

O filósofo da *Enciclopédia*

A grande repercussão de *O verdadeiro filósofo*, que ficou mais conhecido no mercado clandestino de manuscritos e livros da França absolutista pelo título *O filósofo*, chamou a atenção da cúpula do Iluminismo

francês, e não só pela sua popularidade, mas sobretudo pela sua pertinência, clareza e convergência com os seus princípios, em particular a atenção de Voltaire e de D'Alembert. Foi quando se decidiu elaborar uma outra versão para a *Enciclopédia* desse escrito tão didático, o que lhe rendeu ainda mais projeção. Com essa nova versão, os editores da *Enciclopédia* subordinaram a concepção de filósofo de Du Marsais detalhada em *O verdadeiro filósofo* aos seus interesses doutrinários e políticos. Aliás, quando isso foi feito, Du Marsais, que nasceu em 1676, já estava morto há nove anos. Ou seja, os editores da *Enciclopédia* modificaram o texto de Du Marsais sem, obviamente, consultá-lo. Entretanto, é importante contextualizar, a *Enciclopédia* se desenvolveu sob a censura implacável das autoridades do Estado absolutista francês da sua época, o que forçava seus editores a serem muito prudentes com o que publicavam. E, no caso do texto original de Du Marsais, essa prudência era mais do que necessária para os editores, pois, como veremos, a concepção de filósofo expressa na sua versão original provocava dogmas e sensibilidades que poderiam comprometer a legalidade da própria *Enciclopédia* junto aos censores caso o texto fosse republicado na íntegra.

O verbete "Filósofo" da *Enciclopédia* começa tratando de um problema que ainda não envelheceu e que vem de longe, pelo menos desde os debates entre Sócrates e os sofistas: o da vulgarização e banalização da ideia de filósofo e da exploração da sua identidade distorcida, no fundo, o problema do estereótipo do filósofo no século XVIII francês. Nesse sentido, o verbete destaca que havia no senso comum dessa época duas ideias dominantes acerca do que seria um filósofo de verdade. A primeira delas, que filósofo seria todo indivíduo de vida solitária, costumes excêntricos, alguma leitura e com alguns traços de aparente sabedoria, como uma longa barba, por exemplo. Em outras palavras, o filósofo, segundo essa concepção, seria um ermitão, um sábio negador da vida social e devoto radical da existência contemplativa e livresca. Os autores do verbete lamentam que muitos tentam ganhar honra e prestígio explorando essa caricatura, afinal, "filósofo" seria uma denominação dignificante, uma ocupação ou ofício moralmente nobre, portanto, um adjetivo de respeito, a ser almejado, desde que merecido, logo, um modelo de ser humano que precisa ser protegido da banalização (DU MARSAIS, 1765, 509).

A outra ideia de filósofo bastante presente no senso comum da França do século XVIII, segundo o verbete, derivava de uma associação entre as ideias de filosofia e incredulidade, de filosofia e irreligiosidade. Filósofos, nessa perspectiva, seriam todos os pensadores irreligiosos, todos os críticos implacáveis e zombeteiros, não só das superstições e dos preconceitos da religião, mas da religião em si mesma, enfim, os pensadores livres

orgulhosos de suas blasfêmias, de seus questionamentos sem limites do sagrado, a ponto de se considerarem os "únicos filósofos verdadeiros" (DU MARSAIS, 1765, 509).

Nem sábio eremita ou pseudoerudito misantropo e excêntrico, nem blasfemador, questionador sem limites ou ateu raivoso: o verbete "Filósofo" propõe "uma ideia mais justa do filósofo" (DU MARSAIS, 1765, 509). Primeiramente, o filósofo seria um curioso e um investigador das causas que nos determinam. Ele quer conhecê-las até onde os sentidos e a razão puderem alcançá-las. E, além de conhecedor de causas, o filósofo também será, de acordo com o verbete, aquele que as prevê. Em termos mais contemporâneos, o filósofo seria o *cientista* propriamente dito.

Outra característica essencial desse filósofo – na verdade, sua segunda virtude, já que a primeira é investigar e conhecer as causas, isto é, os motivos e as razões de tudo o que existe e acontece –, é a *autonomia*. Pelo menos é o que sugere a primeira metáfora do verbete que define esse filósofo: "c'est une horloge qui se monte, pour ainsi dire, quelquefois elle-même" (DU MARSAIS, 1765, 509). Traduzindo ao pé da letra, o filósofo "é um relógio que monta, por assim dizer, às vezes, a si mesmo". Entretanto, numa tradução menos literal mas mais esclarecedora, o filósofo "é um relógio que dá corda, por assim dizer, às vezes, em si mesmo". E qual outra interpretação haveria da metáfora de um relógio que dá corda em si mesmo senão a de um indivíduo que impõe a si mesmo suas verdades, normas de conduta e valores, portanto, que não segue princípios alheios com os quais não concorde, enfim, a de um indivíduo que governa a si mesmo, como fazem todos os homens livres e independentes? Esse filósofo que vive como um relógio que dá corda em si mesmo é, por conseguinte, o indivíduo dotado de discernimento, de capacidade racional para evitar situações e objetos que lhe possam causar mal-estar e sentimentos incompatíveis com uma pessoa racional e do bem.

Além de um investigador de causas e de um pensador autônomo no sentido de decidir a partir de sua própria clareza e vontade, o filósofo da *Encyclopédie* seria alguém comprometido sobretudo com a razão e com o *bem*. Tal mistura de racionalidade com virtude na condução da reflexão e do agir desse filósofo é contrastada no verbete com a fé religiosa na determinação do modo de refletir e de agir do religioso, em particular do cristão: "a razão é para o filósofo o que a graça é para o cristão" (DU MARSAIS, 1765, 509). Temos aqui uma distinção nítida, uma separação de referências e horizontes que coloca o filósofo da *Encyclopédie* e o cristão em polos totalmente diferentes. De onde podemos concluir que, se o filósofo se orienta pela razão e o cristão se deixa levar pela fé na graça, um cristão jamais poderá ser um filósofo, tampouco um filósofo será cristão sem se

contradizer. O filósofo, portanto, será um racionalista no sentido mais rigoroso e também no sentido mais geral do termo, isto é, no de fazer da razão sua principal bússola e ferramenta em face das suas experiências, inclusive, como veremos, no que concerne à sua religiosidade.

Curioso e conhecedor das causas, ser humano autônomo no pensar e no agir, seguidor da razão sempre. Além de apegar-se à razão e excluir a fé no seu modo de ser, o filósofo do verbete também afirma a primazia da sua racionalidade em relação às suas paixões. Diz o verbete que o filósofo é o oposto daquele que vive dominado e determinado pelas suas paixões e apetites, portanto, daquele que age de maneira irrefletida, logo, sem autonomia, uma vez que o seu ser é arrastado pelos seus ímpetos desmedidos e descontrolados. O filósofo, ao contrário, seria aquele que sempre pondera antes de decidir e agir, aquele que sempre calcula em face das paixões. Por conseguinte, ele é aquele que tem o controle das suas paixões, portanto, que tem o domínio de si mesmo, enfim, que exerce autonomia sobre si não só em suas escolhas e opiniões, mas também sobre suas paixões e desejos. Na linguagem metafórica do verbete, os que agem sem antes refletir, sem moderar seus impulsos e apetites, ou seja, que age por pura paixão, esses são "homens que caminham nas trevas", enquanto que o filósofo, que é aquele que decide e age somente depois de refletir, também "caminha na noite, mas é precedido por uma tocha" (DU MARSAIS, 1765, 509).

Outra característica do filósofo das Luzes destacada pelo verbete é que ele forma suas opiniões e princípios com base em observações empíricas e experiências pessoais, e não com base em observações abstratas, a priori e gerais. No caso da verdade em especial, a virtude metodológica e epistemológica desse filósofo é evitar a *precipitação*. Desse modo, ele não confunde a verdade com o verossímil, tampouco se deixa iludir por ela, apesar de, como parte da sua condição de filósofo, amá-la. "A verdade", afirma o verbete, "não é para o filósofo uma amante que corrompe sua imaginação e que ele crê encontrar por toda parte" (DU MARSAIS, 1765, 509). Ou seja, até em relação à verdade a conduta do filósofo será de moderação, de onde podemos inferir que esse filósofo não seria um pensador dogmático no sentido de um defensor intransigente, oracular e intolerante de verdades únicas e absolutas. O filósofo da *Enciclopédia* não seria então um fanático que mataria ou morreria em nome de suas convicções. Por outro lado, embora moderado e precavido ao se posicionar em relação à verdade, ele não nega a possibilidade de conhecê-la. Sendo assim, esse filósofo não é um cético, pois acredita que a realidade é cognoscível na medida em que distingue o verdadeiro do falso, o

verossímil do verdadeiro, ao mesmo tempo em que admite o duvidoso quando lhe faltam elementos de certeza.

Como consequência desse perfil, digamos, mais metodológico, o filósofo da *Enciclopédia* não assume posição por assumir, não faz julgamentos por fazer, como faria grande parte das "pessoas de espírito e de muito espírito" (DU MARSAIS, 1765, 510), isto é, os pensadores inteligentes, críticos e independentes. Quando não conta com evidências, o filósofo simplesmente se declara indeciso, e sem nenhum constrangimento em não saber. Contudo, o que esse filósofo não faz de jeito nenhum é, além de não se precipitar em suas opiniões e julgamentos, adivinhar, que consiste em concluir e prever sem nenhum fundamento. No fundo, o filósofo das Luzes é um pensador que tem consciência dos limites do conhecimento, porém, que sabe que é dentro desses limites que ele terá de se esforçar para conhecer a realidade até onde for possível. Portanto, aqueles que acham que podem conhecer tudo e que consideram vergonhoso não assumir uma posição nos debates, esses não podem ser considerados filósofos de acordo com julgamento do verbete (DU MARSAIS, 1765, 510).

O filósofo do verbete também tem consciência de que o mais importante é "bem julgar", melhor dizendo, que o "espírito" consiste em "bem julgar" (DU MARSAIS, 1765, 510). Mas o que significa exatamente "bem julgar"? A definição de "*bien juger*" que encontramos no texto da *Enciclopédia* não é clara. Lemos que o filósofo "é mais contente consigo mesmo quando ele suspendeu a faculdade de se determinar do que se ele fosse determinado antes de ter sentido o motivo próprio da decisão" (DU MARSAIS, 1765, 510). Interpretando com dificuldade, o que é possível decifrar dessa passagem é que é melhor não se decidir quando não há fundamentos para uma decisão do que decidir mesmo com a ausência de fundamentos. É por isso, de acordo com o verbete, que esse filósofo fala pouco e julga menos, mas, quando julga e fala, julga com mais certeza e fala com mais propriedade do que outros pensadores. Ou seja, o filósofo das Luzes francesas é um pensador de método e rigor, de prudência, sagacidade e lucidez, que valoriza a vivacidade das reflexões, mas sem se perder em encadeamentos sem fim de conceitos e deduções (DU MARSAIS, 1765, 510).

Nessa questão ainda metodológica, outra característica do filósofo enaltecida no verbete é o seu modo crítico de pensar. Tal postura, por sua vez, impõe-lhe a necessidade lógica de também ser *autocrítico*. Lemos no verbete que, se esse filósofo produz ou se apegar a um sistema filosófico, ele não o faz de forma passiva, condescendente e cega, isto é, acrítica, mas de forma crítica, atento mais às objeções que mostrem as falhas e contradições desse sistema do que propriamente com as suas verdades: "O

filósofo não está tão vinculado a um sistema que ele não sinta toda a força das objeções" (DU MARSAIS, 1765, 510).

Como parte do exercício desse espírito crítico, o qual inclui a autocrítica, está a relação desse filósofo com as opiniões alheias. O filósofo, antes de se posicionar sobre as opiniões dos seus interlocutores, procura entendê-las em profundidade, examiná-las sem preconceitos, nos seus detalhes, para poder pronunciar-se sobre elas com conhecimento e intimidade, evitando assim distorções e injustiças. Poderíamos dizer que, além de um método, temos aqui uma *ética do discurso*, a qual exige do filósofo conhecer as opiniões e sentimentos que ele rejeita antes de se pronunciar sobre eles, e com a mesma nitidez e experiência com que ele formula suas próprias teorias e tem seus próprios sentimentos. Isso nada mais é do que uma ética do respeito às ideias do interlocutor, em que o diálogo é pensado como um processo de busca da verdade baseado em valores como a igualdade, a cumplicidade, a solidariedade e, sobretudo, a sinceridade dos envolvidos (DU MARSAIS, 1765, 510).

Vimos até aqui que o filósofo da *Enciclopédia* é o espírito da observação, da justeza e da busca pelo verdadeiro. Contudo, ao mesmo tempo, percebe-se que ele não se limita a essas virtudes metodológicas do filosofar. O filósofo do Du Marsais enciclopédico é também um pensador que respeita o seu interlocutor, e respeito ao outro é ética. Portanto, ser filósofo nessa perspectiva é igualmente ter uma conduta moral específica. Na verdade, e essa parece ser a essência do verbete, o filósofo é um projeto moral e político de ser humano, o ser humano mais completo do ponto de vista da tradição humanista. Prova disso é que esse filósofo faz da *sociabilidade* outra de suas virtudes fundamentais. Ele entende que o homem não é um monstro selvagem e sim um animal cuja convivência social é uma necessidade de sua própria natureza. Em outras palavras, esse filósofo não vê nenhuma sabedoria em viver isolado na sociedade, nem constata no homem um desejo primordial de guerrear constantemente contra os seus semelhantes. Muito pelo contrário, esse filósofo tem muito prazer e se sente pleno em conviver com outros seres humanos. Para isso, ele desenvolve sua razão para saber viver bem em sociedade, isto é, para conviver em harmonia, o que implica a aquisição e o aprimoramento de qualidades sociais pessoais, sendo a principal delas ser afável. Somos afáveis quando propiciamos prazer aos outros, quando nos adequamos às relações, porém, sem perder de vista o que também nos convém como indivíduos. Indo à sua essência, o filósofo da *Enciclopédia* "é um homem honesto que quer agradar e se tornar útil" (DU MARSAIS, 1765, 510).

O verbete "Filósofo" como definição de um paradigma metodológico, epistemológico, ético e político, como descrição de um ideal humanista do

melhor dos seres humanos possíveis, como exposição de uma normatividade iluminista, enfim, como construção de um personagem conceitual universal. Nessa direção, o contraste com dois tipos humanos fornece mais detalhes sobre essa criatura teórica: o filósofo da *Enciclopédia*, segundo o verbete, difere dos "grandes" e dos "filósofos ordinários" (DU MARSAIS, 1765, 510). Ambos os tipos não saberiam viver em sociedade, careceriam da capacidade de convivência, e por isso padeceriam na solidão. Os "grandes", isto é, os poderosos e privilegiados, por serem arrogantes e hostis com aqueles que eles consideram seus subalternos, acabariam afugentando as pessoas de perto de si. Os "filósofos ordinários", por se entregarem à meditação em demasia, portanto, a comprometerem muito tempo de suas vidas com a solidão, quando deveriam desfrutar do convívio com os seus iguais, acabariam se isolando. Quanto ao filósofo das Luzes, ao contrário dos grandes e dos seus pares ordinários, ele sabe dividir na medida certa a sua vida entre a solidão exigida pela reflexão e pelos estudos e a convivência exigida pela sua natureza humana. Em suma, esse filósofo de Du Marsais seria um sábio no sentido clássico de conhecer a arte de bem viver (DU MARSAIS, 1765, 510).

Além de sábio, e como parte da sua sabedoria iluminista, o filósofo da *Enciclopédia* também é um político, e no sentido de um cidadão participativo da vida comum e institucional da sociedade. "A sociedade civil", diz o verbete, "é, por assim dizer, uma divindade para ele sobre a terra" (DU MARSAIS, 1765, 510). Sendo assim, imbuído do seu sentimento de sociabilidade e da sua necessidade de agradar e de ser útil, esse filósofo dá o máximo de si para cumprir os seus deveres para com essa divindade, sendo principalmente um cidadão ordeiro e prestativo. É quando ele expõe e coloca em prática toda a sua honra e probidade, valores estes que ele mais zela. O verbete faz dessa probidade, curiosamente, uma propriedade essencial e estrutural da índole desse filósofo: "Os sentimentos de probidade penetram tanto na *constituição mecânica do filósofo* quanto nas luzes do espírito" (DU MARSAIS, 1765, 510, grifo nosso).

Chama a atenção neste trecho do verbete a expressão "constituição mecânica do filósofo". É como se ser filósofo fosse uma determinação da natureza no sentido de que alguns nascem filósofos e outros não, de que alguns são dotados de uma racionalidade, sensibilidade e funcionamento físico para ser filósofo na vida e outros não. Em suma, tal expressão sugere, além de um determinismo físico, um materialismo oculto nas entrelinhas do verbete, impressão que se fortalece com outra frase na sequência: "O *temperamento do filósofo* é agir por espírito de ordem e por razão" (DU MARSAIS, 1765, 510, grifo nosso).

Como interpretar a expressão "temperamento do filósofo"? De imediato, como no caso da "constituição mecânica do filósofo", que haveria uma natureza de filósofo, portanto, que ser filósofo não seria uma escolha e sim uma imposição da natureza à constituição orgânica de alguns seres humanos e não de outros. Assim sendo, de nada adiantará querermos ser filósofos se não nascermos com o "temperamento" e a "constituição mecânica" do filósofo, a menos que haja a possibilidade, na forma de concessão ou brecha da própria natureza, para que esse "temperamento" e essa "constituição mecânica" sejam obtidos por meio de algum exercício, de alguma pedagogia, ou até mesmo, no caso de uma interpretação materialista, de alguma intervenção cirúrgica cerebral. Contudo, nada disso é esclarecido e desenvolvido no verbete, ficando no ar, ao final, um certo determinismo materialista omitido.

Probidade, honra, ordem, razão, moderação, sociabilidade, dedicação devotada à sociedade civil. A concepção de filósofo da *Enciclopédia*, constituída essencialmente por todos esses valores e sentimentos, se faz ainda mais clara na comparação com outras duas figuras que seriam a sua absoluta negação: o fanático e o supersticioso (DU MARSAIS, 1765, 510). A princípio, as ideias de fanatismo e superstição se confundem, parecendo, no geral, dois nomes diferentes para se referirem a uma mesma anomalia da razão e do caráter. Entretanto, examinadas em suas minúcias, são duas ideias, embora muito relacionadas, obviamente diferentes. Poderíamos dizer que nem todo supersticioso seria fanático, assim como nem todo fanático seria supersticioso, afinal, certamente não há um único tipo de superstição e o fanatismo não seria uma exclusividade da religião. No caso do verbete "Filósofo", que é o que nos importa, talvez pelo fato de ser um verbete, logo, de ser limitado pela sua natureza de gênero literário, não encontramos maiores detalhamentos dos autores sobre as noções de superstição e de fanatismo além da frase em que a probidade é vinculada essencialmente à racionalidade, e a superstição e o fanatismo à irracionalidade e, poderíamos inferir, também à imoralidade: "Quanto mais razão vós encontrareis em um homem, mais vós encontrareis nele probidade. Ao contrário, onde reina o fanatismo e a superstição, reinam as paixões e a cólera" (DU MARSAIS, 1765, 510). Moralidade então seria uma questão de racionalidade: quanto mais se orientar e se deixar governar pela razão, mais probo um indivíduo será, por conseguinte, mais este se comprometerá com o aperfeiçoamento moral e cívico da sociedade, por fim, mais filósofo, isto é, mais útil e sociável, ele será.

A esta altura da descrição e da nossa reflexão sobre esse modelo de filósofo iluminista do século XVIII, podemos concluir que ser filósofo é muito mais do que razão e conhecimento da realidade, é antes de tudo carregar

uma enorme responsabilidade moral, afinal, tal filósofo é a encarnação de todas as virtudes humanas reunidas, em especial, a probidade, a sociabilidade e, como veremos, a felicidade. Assim sendo, vale insistir, as características a ele associadas fazem dele mais do que um ideal e um modelo intelectual e moral a ser seguido, colocam-no numa posição de herói, mártir e santo do bom senso, da moderação e do equilíbrio, sugerem, como já observamos, uma espécie de ser humano superior, de um indivíduo de razão e sensibilidade privilegiadas, determinado pela sua "constituição mecânica" e pelo seu "temperamento", portanto, sem a possibilidade até de recusar o que ele é. Em suma, tais virtudes compõem o sábio propriamente dito, que é aquele que conhece a melhor maneira de viver.

Em termos empíricos, esse filósofo das Luzes francesas está mais para exceção do que para regra. Encontrá-lo no nosso cotidiano parece uma difícil tarefa, o que seria contraditório com o próprio projeto iluminista do qual a *Enciclopédia* foi seu principal porta-voz. Tal projeto, no geral, apregoava a emancipação de toda a humanidade pela difusão do conhecimento racional, tornando filósofo qualquer indivíduo tocado pelas luzes.

O verbete prossegue na sua construção do sábio iluminista agora acrescentando-lhe mais um adjetivo e virtude, na verdade, uma qualidade redundante, pois pertence à família da probidade: o de "honnête homme", isto é, o de "homem honesto", comumente traduzido por "homem de bem", e, no texto, associado a civismo (DU MARSAIS, 1765, 510). O verbete insiste no civismo do filósofo como o sentimento moral e político por excelência, no sentido de que filósofo é aquele que "ama extremamente a sociedade" (DU MARSAIS, 1765, 510), mais do que os demais cidadãos, o que faria dele um ser humano especial. E, como sabemos, ele dedica o melhor de si, o mais útil da sua probidade, para demonstrar esse amor. Contudo, o moralmente mais importante dessa probidade, explica o verbete, é que ela é autêntica. O filósofo é um homem probo, franco de fato, e não um fingido, um tartufo calculista com segundas intenções, já que a probidade é parte constitutiva da "disposição mecânica do sábio" que ele é (DU MARSAIS, 1765, 510). Ou seja, esse personagem é inclinado sempre a fazer o bem, determinado a ser probo em todas as situações, já que o bem é parte constitutiva da sua natureza e dinâmica. Suas ações, continua o verbete, nunca terão objetivos mesquinhos. A prioridade de suas ações será sempre o cumprimento dos "deveres da amizade e do reconhecimento" (DU MARSAIS, 1765, 510). Quanto aos crimes, sua reação, obviamente, será sempre a de repulsa intransigente a todos eles (DU MARSAIS, 1765, 510).

A razão, o temperamento e a constituição física são as bases do caráter do nosso filósofo. O verbete acrescenta ainda mais uma fonte desse caráter esclarecido: a *religião*. Esse filósofo enciclopédico teria sim uma religião. Referindo-se a sentimentos de "deveres da amizade e do reconhecimento" que constituiriam o caráter desse indivíduo, consta no verbete "Filósofo" o seguinte: "Esses sentimentos são ainda nutridos no fundo do seu coração pela *religião*, à qual ele foi conduzido pelas luzes naturais de sua razão" (DU MARSAIS, 1765, 510, grifo nosso).

Nota-se nessa passagem que não se trata da religião da superstição, da tradição, enfim, de nenhum dos três monoteísmos presentes na vida espiritual do século XVIII europeu, a saber, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, já que estes não fariam da razão seu fundamento e núcleo, tampouco seu guia principal. A religião do filósofo consistiria na chamada "religião natural", aquela que nos seria dada pela nossa própria luz natural, a razão. Desse modo, o filósofo iluminista não seria um ateu, nem cético, e sim, na acepção do vocabulário dos historiadores contemporâneos da filosofia, um *deísta*, ou seja, um religioso esclarecido, que não fundamenta sua crença na existência da divindade em livros ditos revelados, tampouco na palavra de líderes religiosos, mas na razão e na experiência. Para esse crente da religião natural, que parece ser o caso do nosso filósofo, a fé deveria ser totalmente excluída da reflexão religiosa, uma vez que ela não seria uma fonte segura de verdades tampouco um guia confiável para a moral. A razão seria suficiente para nos convencer de que há uma divindade na natureza e de que o bem é o certo a fazer. Enfim, a fé, além de desnecessária, seria metafisicamente contraproducente e moralmente nociva. Esse filósofo, portanto, além de não frequentar templos, de não ter rituais, ele não terá esperanças em messias nem receio de infernos, e, sobretudo, será tolerante com as crenças religiosas diferentes da sua, desde que também sejam tolerantes. É essa concepção de religião e essa intenção de vivência religiosa que comporão em essência a consciência moral do filósofo da *Enciclopédia*. Recordando a propósito, uma das ideias equivocadas de filósofo refutada logo no início do verbete é a do livre-pensador que se declara verdadeiro filósofo por raciocinar sem nenhum limite contra a religião e com o objetivo de humilhar os crentes que permanecem presos aos preconceitos da superstição. Não é o caso então do filósofo dessa versão do texto de Du Marsais.

Outros dois tipos antagônicos ao filósofo que aparecem no verbete é o "homem desonesto" e o "estúpido" (DU MARSAIS, 1765, 510). Esse filósofo seria tão probo e inteligente, tão virtuoso para o convívio social, ele amaria tanto a sociedade, que, argumenta o verbete, ele deveria ser o *rei* do seu povo, pois, uma vez alçado à condição de governante, ele exerceria

o poder como "um perfeito soberano" (DU MARSAIS, 1765, 510). Esse filósofo tornado rei daria realidade à célebre frase do imperador Antonino, a qual, por sua vez, nos remete a Platão: "Que os povos serão felizes quando os reis forem filósofos, ou quando os filósofos forem reis!" (DU MARSAIS, 1765, 510). Ou seja, é na política que o filósofo vai se realizar por completo, pois ao assumir as responsabilidades do Estado, ele terá a oportunidade única de colocar toda a sua potencialidade ética a serviço da humanidade.

Por fim, a última distinção, e com a qual o verbete "Filósofo" se encerra: o filósofo das Luzes francesas seria o oposto do "sábio estoico". O verbete ressalta "o quanto o sábio indiferente dos estoicos se afasta da *perfeição* de nosso filósofo" (DU MARSAIS, 1765, 510, grifo nosso). Sua indiferença e apatia retirariam do estoico a sua humanidade, fazendo com que ele deixasse de ser um homem propriamente dito para se tornar um "fantasma" (DU MARSAIS, 1765, 510). Explicando melhor, por só se queixar das necessidades humanas, por lamentar o fato de desejarmos e de sentirmos a maior parte do nosso tempo, por querer suprimir de si mesmo todas as paixões que nos movem e por apregoar que deveríamos ser algo superior à nossa própria natureza, o estoico não parece nada sensato aos olhos do filósofo da *Enciclopédia*. Este, por sua vez, ao invés de querer destruir todas as paixões, empenha-se em impedir que os homens sejam tiranizados por elas, e que, por meio do uso da razão, elas sejam administradas e direcionadas a serviço do bem-estar de cada indivíduo. Assim agiria, na definição do verbete, o "verdadeiro filósofo" (DU MARSAIS, 1765, 511), que é aquele que, ao contrário do estoico, orgulha-se da sua humanidade e das suas manifestações de vitalidade, que procura viver em harmonia com as suas paixões e desejos, que valoriza a sua vida terrena e cotidiana, que, embora não se deixe levar pela ambição, quer gozar os confortos da vida material, que é um espírito rigoroso no conhecimento e honesto na moral, e que, por tudo isso, é um homem feliz. Tal hedonismo, a propósito, faz lembrar o sábio epicurista, aquele que valoriza o gozo, mas que goza com cálculo e moderação. Em contrapartida, aqueles que são indolentes em relação às suas próprias paixões e desejos, que disseminam o preconceito de que devemos viver com o mínimo possível, sem conforto, sempre na abnegação, para sermos felizes, que criam máximas morais contrárias às necessidades humanas e aos prazeres, ou seja, os estoicos, estes são denominados "falsos filósofos" pelo verbete (DU MARSAIS, 1765, 511). Curiosamente, os que viviam uma austeridade similar com suas paixões e desejos e esse mesmo ascetismo com o corpo, eram os cristãos da época da *Enciclopédia*, os quais, por se guiarem pela crença na graça e

não pela razão, segundo o que sugere o próprio verbete, nem filósofos seriam.

O filósofo de Du Marsais

Passemos agora a um outro Du Marsais, à exegese do texto original e integral, embora ampliado postumamente, que serviu de matéria-prima para o verbete "Filósofo" da *Enciclopédia: O verdadeiro filósofo*, e em sua versão de 1796. Destaquemos aqui, obviamente, apenas as ideias e passagens que os editores da *Enciclopédia* omitiram, não desenvolveram ou alteraram de forma significativa no documento original para produzirem o personagem do verbete. É fundamental dizer logo de início que, no geral e em essência, as duas versões quase não destoam uma da outra em termos de conteúdo. Desse modo, é a singularidades e detalhes, mas a detalhes e singularidades capitais na compreensão desse manifesto do paradigma do homem das Luzes, que nos dedicaremos nesta terceira parte de nossa análise.

Uma primeira diferença do texto original com a versão da *Enciclopédia* notamos já na passagem das duas maneiras como o senso comum entendia o filósofo no século XVIII. Enquanto na versão de verbete o segundo estereótipo de filósofo aparece como o irreligioso arrogante que ridiculariza a fé e o apego dos crentes aos preconceitos da religião, sentindo-se em razão dessa atitude o verdadeiro filósofo, na versão integral essa segunda ideia de filósofo do senso comum é apresentada como aquele que, por consultar a razão, chega às seguintes conclusões, o que faria dele parte da confraria dos "únicos filósofos verdadeiros": 1) que o ser supremo se conhece pelo raciocínio e não pela revelação; 2) que, em virtude de sua natureza de perfeição absoluta, esse ser supremo não necessita de nada, logo, que ele não exigiria cultos; 3) que a fonte da religião seriam as paixões humanas, principalmente o medo e a esperança (DU MARS AIS, 2008, 25). Dito de outro modo, no texto original de Du Marsais, no Du Marsais verdadeiro digamos assim, o segundo estereótipo de filósofo não é um irreligioso que acredita ser o verdadeiro filósofo por ser hostil com a religião e arrogante com os crentes, e sim apenas um adepto de uma religião mais racional, um deísta poderíamos dizer, que se crê o filósofo por excelência por entender a religião por intermédio da racionalidade, e sem ofender ninguém por isso. Ou seja, se na versão do verbete as duas imagens populares do filósofo são pejorativas, na versão do próprio Du Marsais apenas a imagem do filósofo como um solitário excêntrico com ares de sábio erudito parece ser o maior equívoco. Contudo, o que mais importa aqui é que, tanto para os autores do verbete quanto para o texto do Du Marsais

original, ser filósofo seria muito mais do que uma posição religiosa correta, seria sobretudo uma posição moral e política a ser aplicada, portanto, uma perspectiva muito mais ampla do que estabelece o segundo estereótipo. Em suma, a discrepância entre as duas versões da passagem limita-se à descrição do segundo estereótipo de filósofo. Quanto ao objetivo principal perseguido por ambos os textos, trata-se do mesmo: "uma ideia mais ampla e mais justa do filósofo" (DU MARSAIS, 2008, 26).

O segundo ponto que merece destaque nesse cotejamento de versões é a maneira mais clara e enfática com que o texto do próprio Du Marsais se refere ao filósofo verdadeiro como uma engrenagem, como um objeto físico e mecânico, enfim, como um autômato humano. Na versão não enciclopedista do texto essa ideia é mais explícita, compatível, inclusive, não só com uma ontologia materialista do ser humano, mas, especificamente, com um determinismo materialista. O filósofo é descrito no livro como uma "máquina humana, como qualquer outro homem", com a diferença de que, "por sua constituição mecânica, reflete sobre seus movimentos" (DU MARSAIS, 2008, 26). A propósito, quem leva às últimas consequências essa linha interpretativa de um Du Marsais materialista e determinista é outro iluminista pouco conhecido, contemporâneo da Revolução Francesa e pensador ateu, Sylvain Maréchal (1750-1803). No seu *Dicionário dos ateus antigos e modernos*, de 1800, Sylvain Maréchal dedica dois verbetes a Du Marsais como filósofo ateu, "Du Marsais" e "Marsais". Em "Marsais", por exemplo, Maréchal reproduz a seguinte afirmação do também enciclopedista Jacques-André Naigon (1738-1810): "Du Marsais foi um dos ateus mais firmes e mais audaciosos que já existiu" (MARECHAL, 2008, 190).

Terceiro elemento de destaque na comparação entre as duas versões de Du Marsais: enquanto o verbete não é preciso quando difere o filósofo do cristão associando o primeiro à razão e o segundo à graça, a versão original é mais específica: "A razão é, com relação ao filósofo, aquilo que a graça é com relação ao cristão no sistema de Santo Agostinho" (DU MARSAIS, 2008, 26). Ou seja, um filósofo propriamente dito seria, em termos de pensamento, o oposto de um agostiniano. Em termos provocativos, por essa ótica, Agostinho não seria filósofo.

Quarto ponto desse cotejamento de textos: ao contrário do verbete "Filósofo", o texto de Du Marsais é mais preciso quanto à metodologia e epistemologia do filósofo das Luzes francesas. Este baseia seus princípios nas suas observações pessoais, busca entender as causas e origens dos acontecimentos naturais e humanos dedicando-se à investigação e ao estudo dos seus detalhes colhidos na experiência. Enfim, este é um pensador que "adquire estima pela ciência dos fatos" (DU MARSAIS, 2008,

27). Sendo mais explícito, o filósofo será um empirista. Tal característica, na versão original Du Marsais, vai diferenciar essencialmente o filósofo, pensador empirista, de outras duas figuras, as quais não aparecem de forma explícita no verbete da *Enciclopédia*: o "povo", que seriam as pessoas do senso comum, e os "metafísicos", que seriam os pensadores especulativos, apriorísticos e abstratos. Enquanto o "povo" adota princípios sem considerar a própria experiência pessoal, como se esses princípios existissem por si mesmos num céu de conceitos puros e dados, os "metafísicos", tais como o "povo", só que de forma mais sofisticada, também menosprezam os sentidos como fonte e vias de conhecimento seguro, e voltam-se para a contemplação de verdades puramente racionais, isto é, sem vínculos com a experiência. Já o filósofo, em contrapartida ao povo e aos metafísicos, entende que, quanto mais potentes forem os nossos cinco sentidos, maior e mais profundo será o nosso conhecimento da realidade (DU MARSAIS, 2008, 27). Nesse sentido, para reforçar esse empirismo do filósofo das Luzes, essa consciência epistemológica e metodológica de que a nossa razão depende muito da experiência e da observação possibilitadas pelos nossos cinco sentidos, Du Marsais cita o telescópio e o microscópio como artifícios que tornaram nossa visão mais potente, logo, que ampliaram nossa percepção dos fatos (DU MARSAIS, 2008, 28).

Quinto ponto que merece destaque na consideração dos dois textos: ao tratar da natureza e do funcionamento do pensamento, Du Marsais desenvolve um raciocínio que nutre a interpretação de que o materialismo seria o fundamento ontológico da filosofia do nosso filósofo. Escreve Du Marsais numa perspectiva empirista e monista que "o pensamento é, no homem, um sentido tal como a visão e a audição, dependendo igualmente de uma constituição orgânica" (DU MARSAIS, 2008, 29). E vai mais longe nessa explicação absolutamente compatível com o materialismo das Luzes, isto é, com as doutrinas de um La Mettrie, de um Diderot e de um Holbach: "só a substância do cérebro é suscetível de pensamento" (DU MARSAIS, 2008, 29). Aliás, na versão do verbete da *Enciclopédia* essa questão é tratada de forma muito ligeira, como se seus autores quisessem não só fugir do assunto, mas sufocar o materialismo que parece evidente na versão original. Em outras palavras, a intenção dos autores do verbete parece ser extirpar o materialismo da cosmovisão desse paradigma de ser humano, domesticar filosoficamente esse personagem, tornando-o mais religioso do que no texto do próprio Du Marsais, logo, mais aceitável e adequado à sociedade do Antigo Regime como proposta enciclopedista.

Sexto ponto: a versão original de Du Marsais é mais explícita e insistente quanto à valorização da conduta pragmática do filósofo do que a

versão da *Enciclopédia*. E essa valorização se faz atingindo a religião. No seu *O verdadeiro filósofo*, Du Marsais lamenta o tempo que os homens perdem com "vãs especulações" (DU MARSAIS, 2008, 32). No seu entender, esse tempo seria melhor empregado na resolução de questões práticas. Du Marsais é específico na sua crítica a essa perda de tempo. Ele critica as "disputas frívolas" do "povo filósofo" em torno de problemas estéreis e insolúveis, como é o caso dos debates religiosos, nos quais os indivíduos se desentendem por questões como a trindade e o número de sacramentos (DU MARSAIS, 2008, 32). Curiosamente, esse momento do texto de Du Marsais foi totalmente excluído da versão do verbete da *Enciclopédia*.

Sétimo ponto: a relação entre fé religiosa e moralidade. Enquanto na versão da *Enciclopédia* esse problema é tratado de forma também muito ligeira, talvez para evitar polêmicas escandalosas para a época ou para fugir dos seus desdobramentos, em *O verdadeiro filósofo* o assunto é examinado de forma mais detida. Logo de início Du Marsais mistura categoricamente religião com moralidade, só que fazendo da moral a verdadeira e única religião. Em termos mais claros, Du Marsais afirma que um forte apego à honra e à probidade, de uma intensidade que faz do filósofo um "ciumento" ("jaloux" em francês) dessas suas duas virtudes, é a única religião do filósofo: "Seria inútil observar aqui quanto o filósofo é ciumento de tudo aquilo que se chama de honra e de probidade: eis aí sua única religião" (DU MARSAIS, 2008, 34). Ou seja, na religião do filósofo de Du Marsais, a ideia de um deus não é o centro das atenções, não é o absoluto e a referência norteadora da nossa conduta, e sim a *virtude*. É como se a religião aqui fosse apenas uma metáfora para enfatizar a importância da moral para a humanidade, para convencer o leitor de que o sagrado propriamente dito deveria ser a virtude, em particular, a honra e a probidade. Na versão do verbete, a honra e a probidade não aparecem como a religião do filósofo, nela lemos apenas que "o filósofo é ciumento quanto a tudo o que se chama honra e probidade" (DU MARSAIS, 1765, 510). Embora as ideias de "ciumento" e "ciúme" soem estranhas à primeira vista nas nossas duas versões em se tratando de virtudes, e mais ainda na versão da *Enciclopédia*, elas passam a fazer muito sentido quando lembramos de dois aspectos: primeiro, que a probidade é explicada por ambos os textos como parte da "constituição mecânica" e do "temperamento" do filósofo, isto é, como parte orgânica da sua natureza; segundo, que a relação do filósofo com a virtude é, sobretudo, uma relação de amor (DU MARSAIS, 2008, 34), um afeto portanto, e, como afeto, uma força determinante da sua sensibilidade e racionalidade. Isso significa que tal filósofo jamais agirá senão conforme o bem, o que na prática também consiste em combater a superstição e o fanatismo.

Ainda sobre a relação entre fé religiosa e moralidade, muito mais explorada em *O verdadeiro filósofo* do que na versão do verbete, lemos na versão do livro que o devoto, quando é honesto, é honesto por paixão e não por razão, como ocorre com o filósofo. Consequentemente, por não serem honestos por razão, os devotos oscilariam e se perderiam em contradições quanto à prática da virtude, inclusive sacrificando-a ao vício respaldados pela crença na possibilidade de se redimirem posteriormente com o arrependimento (DU MARSAIS, 2008, 35). Isso, para o próprio Du Marsais, seria uma desonestidade com Deus na medida em que esse devoto agiria não por amor à virtude e sim por interesse pela própria redenção. Assim sendo, conclui Du Marsais, "quando se é tantas vezes infiel para com Deus, a gente se dispõe insensivelmente a sê-lo também para com os homens" (DU MARSAIS, 2008, 35). Em suma, se no verbete da *Enciclopédia* a religião é entendida como um motivo determinante a mais para se praticar o bem, em *O verdadeiro filósofo* a conclusão é de que "a experiência nos faz ver com bastante clareza que o freio da religião é bem frágil" (DU MARSAIS, 2008, 36). Ou seja, no entender de Du Marsais original, o paraíso e o inferno como horizontes do *post mortem* seriam menos eficientes do que parecem para garantir a moralidade dos devotos, logo, fundamentar a moral na religião seria um desastroso equívoco.

Na sequência, ainda nesse sétimo ponto, dando continuidade a esse raciocínio sobre religião e moral, o filósofo de *O verdadeiro filósofo* distancia-se bastante do filósofo da *Enciclopédia*. Enquanto este jamais cometeria blasfêmias, o filósofo do próprio Du Marsais trata as narrativas bíblicas e as imagens do céu e do inferno recorrentes nas pregações religiosas como "fábulas" e "quimeras" (DU MARSAIS, 2008, 36). Refletindo sobre a fragilidade do medo do inferno e da sedução do paraíso como fundamentos garantidores de uma moral, o original Du Marsais escreve:

Apesar das fábulas em que o povo acredita – o dilúvio, o fogo do céu caído sobre cinco cidades –, apesar das vívidas pinturas dos castigos e das recompensas eternas, apesar de tantos sermões e tantas pregações, o povo é sempre o mesmo. A natureza é mais forte que as quimeras (DU MARSAIS, 2008, 36)

E o que nos diz tal citação? Que o filósofo desse Du Marsais é ateu, como quer Sylvain Marechal? Embora o filósofo de Du Marsais declare, como um epicurista declararia, que não espera nem teme nada da morte, ele afirma também, na contramão da interpretação de Marechal, apesar do seu materialismo aparente, que o verdadeiro filósofo terá uma religião, e escolherá como sua a mais simples, a mais clara, esclarecida e livre delas,

isto é, uma religião compreensível, razoável, que não se inspire em fábulas disparatadas e ridículas, tampouco que tenha dogmas como fundamentos, mas sim que o único sustentáculo e a única bússola seja a razão, pois é racional que assim seja (DU MARSAIS, 2008, 43). Assim seria a religião do filósofo desse Du Marsais, um tipo de crença que nos remete, como no verbete, à ideia de religião natural, de deísmo, num certo sentido, pela mistura de ontologia materialista com crença na existência de uma divindade, até de espinosismo, fazendo com que o personagem de *O verdadeiro filósofo* se reconcilie – não pela via do espinosismo obviamente – com o protagonista do verbete “Filósofo”.

A pobreza é outro assunto que não é explorado de forma clara e satisfatória no verbete da *Enciclopédia*, mas que em *O verdadeiro filósofo* consiste numa reflexão importante. Afirma o verdadeiro Du Marsais que o verdadeiro filósofo não é ambicioso, que ele não é movido pela ganância, porém, que ele deseja ter uma vida confortável, já que o conforto é uma condição para a vida feliz e não a pobreza, como apregoam alguns “falsos filósofos”. Na verdade, a pobreza priva-nos do bem-estar, e este, segundo o verdadeiro Du Marsais, “é o paraíso do filósofo” (DU MARSAIS, 2008, 41). A pobreza, continua Du Marsais, além das privações materiais, afasta-nos das pessoas honestas, e, na maioria das vezes, é o resultado da indolência. Assim sendo, caberia ao filósofo se esforçar para sair dessa condição degradante. Este o oitavo ponto a ser destacado nessa nossa comparação textual.

Outro aspecto digno de nota na comparação entre as versões, o nono ponto, menos desenvolvido no verbete do que deveria e tratado com mais atenção e detalhes em *O verdadeiro filósofo*, é a ética, ou a sabedoria, ou o como viver do verdadeiro filósofo. Complementando o verbete da *Enciclopédia*, lemos no texto do próprio Du Marsais que o verdadeiro filósofo procura sempre agir por razão e não por medo, ódio, esperança ou amor, exceto por amor à virtude, pois também é razoável que assim seja. Desse modo, “nosso sábio” (DU MARSAIS, 2008, 37), como se refere Du Marsais ao verdadeiro filósofo, será animado por paixões tranquilas, afinadas, que o conduzirão à volúpia, mas não a qualquer volúpia. Ao invés da “imunda volúpia” (DU MARSAIS, 2008, 43), isto é, daqueles gozos em que o indivíduo, pela falta de moderação, torna-se escravo dos seus prazeres e sofre com isso, o prazer calculado, alegre, ordenado, administrado pela razão, enfim, o prazer com autonomia, do qual gozam os indivíduos sensatos, em particular os hedonistas epicuristas. Na síntese de Du Marsais, “a liberdade que reina em sua conduta está muito distante da licenciosidade” (DU MARSAIS, 2008, 44). E um dos maiores prazeres do nosso verdadeiro filósofo será exercer a probidade, sobretudo porque esta

o aproximaria dos outros seres humanos. A prática da virtude, portanto, é entendida pelo verdadeiro filósofo como uma fonte da boa, verdadeira e limpa volúpia, cujo resultado final será o bem-estar, a felicidade.

Por fim, como nosso décimo ponto, uma última ideia que não aparece de forma explícita no verbete, mas que é clara no livro de Du Marsais. Ao tratar o filósofo como um sábio, como um modelo de vida portanto, Du Marsais apresenta-nos o filósofo verdadeiro como uma referência de perfeição moral. O que é apenas sugerido nas entrelinhas do verbete da *Enciclopédia*, em *O verdadeiro filósofo* não deixa dúvidas. Du Marsais escreve o seguinte acerca do seu personagem conceitual: "Sabe que a natureza quis torná-lo *perfeito*, desde o nascimento, fornecendo-lhe todos os meios suficientes para conduzir-se com prudência" (DU MARSAIS, 2008, 43, grifo nosso). Tal ideia de perfeição moral é retomada por Du Marsais na parte final do livro, desta vez de forma mais intensa e como uma aspiração razoável do filósofo propriamente dito: "Desejaria ascender a esse ponto de *eminente perfeição*, digno objeto dos desejos de todo homem de bem (é possível ser um homem de bem com outros sentimentos?)" (DU MARSAIS, 2008, 48, grifo nosso).

Ser iluminista hoje

Para melhor entender e explicar o Iluminismo, Sérgio Paulo Rouanet (1934-2022), um dos principais pensadores brasileiros sobre o assunto, diferencia Iluminismo de Ilustração. Segundo ele, por Ilustração devemos entender o Iluminismo produzido especificamente no século XVIII europeu, em particular, o movimento filosófico constituído em torno dos enciclopedistas, com destaque para Voltaire, Diderot e Rousseau, isto é, o século das Luzes. Este teria sido, na interpretação de Rouanet, uma espécie de primeiro Iluminismo, de matriz geral do pensamento iluminista, e, assinala, a Ilustração não foi o último Iluminismo. Ocorre que, para Rouanet, o Iluminismo propriamente dito deve ser entendido como "uma tendência transepocal", como um modo de pensar que teria começado no século XVIII, atravessado os séculos XIX e XX, e que continuaria existindo entre nós, para além da Europa inclusive. Ou seja, o Iluminismo não se limita a nenhum período histórico em especial, e continuaria atual como método e projeto de civilização (ROUANET, 1988, 125).

Mas o que Rouanet define *essencialmente* como Iluminismo? O que haveria de transepocal no Iluminismo do ponto de vista doutrinário que permaneceria em vigor ao longo dos últimos séculos e, particularmente, no século XXI?

No seu ensaio "O olhar iluminista", o Iluminismo, do ponto de vista metodológico, é definido por Rouanet essencialmente como "uma atitude racional e crítica" diante da realidade (ROUANET, 1988, 125). Já do ponto de vista moral e político, ideológico num certo sentido, Rouanet complementa que tal atitude "combate o mito e o poder, usando a razão como instrumento de dissolução do existente e de construção de uma nova realidade" (ROUANET, 1988, 125). À primeira vista, poderíamos criticar tal definição objetando que ela seria geral e ampla demais, o que acabaria comprometendo o Iluminismo em sua especificidade como corrente filosófica, metodologia de pensamento e projeto de humanidade. Contudo, o próprio Rouanet tem consciência dessa dificuldade de se definir o Iluminismo de forma mais precisa, sobretudo quando pensado nos dias de hoje. Mesmo assim insiste Rouanet: "Como unidade de razão crítica e de crítica racional, o Iluminismo continua vivo, ainda que sem identidade conceitual clara" (ROUANET, 1988, 125). De todo modo, argumenta Rouanet, tanto o Iluminismo existente quanto o Iluminismo a ser construído pelos que hoje se consideram iluministas insatisfeitos com os desdobramentos históricos do Iluminismo do século XVIII, isto é, do "Iluminismo moderno", no vocabulário do próprio Rouanet (ROUANET, 1988, 142), ambos teriam na Ilustração a sua fonte inicial de inspiração, pelo menos quanto aos seus critérios e princípios.

Nesse sentido, quando indagamos o ensaio de Rouanet sobre quem seria iluminista hoje, sobre quem carregaria no século XXI o espólio intelectual da filosofia das Luzes, quando lhe solicitamos exemplos concretos de representantes desse "Iluminismo contemporâneo" a que ele se refere (ROUANET, 1988, 142), sua resposta, sem hesitar, é Jürgen Habermas, o filósofo alemão (ROUANET, 1988, 140). Habermas, no entender de Rouanet, teria estabelecido uma ponte entre a Ilustração e o Iluminismo por meio da sua teoria da ação comunicativa (ROUANET, 1988, 140), além de ter indicado um caminho para o Iluminismo "menos ingênuo que os Enciclopedistas, e menos rigoroso que o modelo freudo-marxista clássico" (ROUANET, 1988, 144). Ou seja, ser iluminista no século XXI, no entender de Rouanet, seria pensar e agir, por exemplo, como o moderado e democrata Habermas.

Outro estudioso que acreditava no Iluminismo, mais precisamente na "vertente humanista das Luzes" (TODOROV, 2008, 9), como uma doutrina atual e portadora de um projeto emancipador para o século XXI, é o ensaísta búlgaro Tzvetan Todorov (1939-2017). Conforme o seu diagnóstico do Ocidente contemporâneo, só esse Iluminismo humanista como "plano conceitual" seria capaz de oferecer uma saída responsável e edificante para a crise de valores e de referências provocada pela morte de

Deus e pelo desmoronamento das utopias políticas (TODOROV, 2008, 9). Também consciente da dificuldade de estabelecer em termos mais exatos e concretos em que consistiria esse Iluminismo e tal projeto de civilização, mesmo assim Todorov, no seu livro *O espírito das Luzes*, de 2006, propõe alguns critérios, na verdade, alguns valores norteadores, para pensarmos não só o Iluminismo, mas também o iluminista dos dias de hoje. Nesse sentido escreve Todorov: "Três ideias se encontram na base desse projeto, as quais nutrem também suas inumeráveis consequências: a autonomia, a finalidade humana de nossos atos e, enfim, a universalidade" (TODOROV, 2008, 14). Ser iluminista no século XXI, segundo Todorov, seria então, de um modo geral, pensar e agir 1) sempre de forma autônoma e contrária a toda tentativa de tutela e de arbitrariedade sobre o pensamento e a vontade dos indivíduos; 2) sempre tendo em vista a melhora de vida e a felicidade do ser humano nesta dimensão secular; 3) sempre tendo em mente e no coração que, apesar das inúmeras diferenças e singularidades entre os seres humanos, há uma intersecção de algumas características humanas na espécie, uma coincidência de necessidades e sentimentos básicos entre todos os indivíduos, que aproximariam e vinculariam todos nós em responsabilidades e solidariedades, tanto na forma de direitos quanto na de deveres. E, com base no próprio *O espírito das Luzes* de Todorov, poderíamos aprimorar o ideário desse iluminista do século XXI adicionando com destaque outros dois valores à autonomia, ao humanismo e à universalidade: a laicidade e a verdade (TODOROV, 2008, 63 e 81). Nesse sentido, "reacender as Luzes", aquelas do século XVIII, porém, adaptando-as aos novos problemas do século XXI, é, em síntese, a proposta do iluminista Tzvetan Todorov (TODOROV, 2008, 149).

Por fim, outro filósofo contemporâneo que propõe "um retorno ao espírito das Luzes que dão seu nome ao século XVIII" para vencer o niilismo é Michel Onfray (ONFRAY, 2005, 30). Contudo, o Iluminismo defendido e incorporado por Onfray para o nosso tempo é mais radical do que o de Rouanet e de Todorov. "Eu professo Luzes mais vivas", declara Onfray no seu *Tratado de ateologia*, "mais francas, nitidamente mais audaciosas" (ONFRAY, 2005, 31). Tais "Luzes", esclarece Onfray, seria, a princípio, o ateísmo, o materialismo e o sensualismo, segundo ele, "opções filosóficas constitutivas de uma ala esquerda das Luzes e de um pólo de radicalidade esquecido, mas suscetível de ser solicitado hoje" (ONFRAY, 2005, 31). Portanto, o Iluminismo de Onfray não será o das "Luzes pálidas" (ONFRAY, 2007, 21), das "Luzes apresentáveis e politicamente corretas" (ONFRAY, 2005, 31), enfim, das "Luzes oficiais" (ONFRAY, 2007, 23) de Voltaire, Rousseau ou Kant, mas o Iluminismo de pensadores como Jean Meslier, La Mettrie e Holbach, isto é, o Iluminismo das "Luzes radicais" (ONFRAY, 2007,

23), dos "ultras das Luzes" (ONFRAY, 2007, 27), entre os quais encontraríamos também, como lemos no seu *Contra-história da filosofia 4*, os hedonistas e os revolucionários (ONFRAY, 2007, 38 e 39). Portanto, nada mais diferente do filósofo de Du Marsais do que o ultra das Luzes de Onfray.

Conclusão

Em absoluto, e obviamente, o filósofo de Du Marsais, seja em sua versão original, seja em sua roupagem enciclopedista, caberia nas exigências e desafios de um Iluminismo do século XXI. Contudo, poderíamos questionar a própria ideia de um Iluminismo no século XXI, de um "Neoiluminismo" como uma "tentativa de reafirmar os ideais do Iluminismo de acordo com a linguagem e os conceitos do século XXI", que é a proposta de Steven Pinker no seu livro *O novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo* (PINKER, 2018, 18). Não seria esse "Neoiluminismo" um racionalismo otimista em demasia, ou mesmo um projeto de civilização caduco, portanto, pouco razoável de se levar adiante, a não ser que entendamos o Iluminismo em termos muito gerais e vagos, caricatos até, como sinônimo de luta contra o obscurantismo, o autoritarismo, o fanatismo e a intolerância? Se assim for, o niilismo seria inexorável, o presente e futuro irremediáveis do Ocidente?

Emprestando de Rouanet a distinção entre Iluminismo e Ilustração, diríamos que o modelo de filósofo de Du Marsais, centrado na construção moral de si mesmo e preocupado sobretudo com sabedoria e religiosidade, é perfeito para as Luzes entusiasmadas e ingênuas do século XVIII e para as temáticas dominantes desse tempo, mas não para um Iluminismo lúcido, envolvido efetivamente com as complexidades e as barbaridades dos dias atuais. Em outras palavras, o que haveria do filósofo de Du Marsais, por exemplo, em Habermas? Em que aquele herói ilustrado, com toda a sua perfeição de sábio humanista, poderia contribuir na prática não só com o combate ao niilismo e à sua superação, que é o que esperava Todorov de um Iluminismo reaceso, mas também com a luta contra as injustiças sociais, logo ele um filósofo cheio de boas intenções mas impotente, embora na cabeça de Du Marsais, uma vez governante e representante político, o soberano perfeito na Terra?

O filósofo de Du Marsais, em suas duas versões certamente um representante das "Luzes pálidas" das quais nos fala Onfray, foi significativo para um tempo que não existe mais. Hoje ele seria apenas um documento humanista, um projeto idealista de humanidade, uma aspiração moral e política sem viabilidade, enfim, ele seria apenas história da filosofia, mais precisamente, história do Iluminismo para pensarmos o próprio Iluminismo,

e não em termos de expectativas, mas de consciência do fracasso de algumas de suas iniciativas e do sucesso de outras. E é nessas iniciativas bem-sucedidas, ou quase, como o avanço dos direitos humanos, das ciências e das tecnologias apesar dos entraves, que estão as referências de uma resistência ao niilismo e à barbárie do século XXI. Esta, aliás, deveria ser a pauta mínima da reflexão e da ação de qualquer filósofo do século XXI, iluminista ou não.

Nota

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH) e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do ABC (UFABC).

Referências

BALADI, M.; SCHOPKE, R. Os subterrâneos da filosofia. In: DU MARSAIS, C. C. et al. *Filosofia clandestina: cinco tratados franceses do século XVIII*. São Paulo: Martins, 2008, p. 9-21.

DU MARSAIS, C. C. Philosophe. In: D'ALEMBERT, J. R.; DIDEROT, D. *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, v. 12, 1765. Disponível em: https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/PHILOSOPHE . Acesso em: 26 de janeiro de 2023.

DU MARSAIS, C. C. O verdadeiro filósofo. In: DU MARSAIS, C. C. *Filosofia clandestina: cinco tratados franceses do século XVIII*. São Paulo: Martins, 2008.

MARECHAL, S. *Dictionnaire des athées anciens et modernes*. Paris: Coda, 2008.

ONFRAY, M. *Traité d'athéologie: physique de la métaphysique*. Paris: Grasset & Fasquelle, 2005.

ONFRAY, M. *Contre-histoire de la philosophie 4: les ultras des Lumières*. Paris: Grasset & Fasquelle, 2007.

PINKER, S. *O novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROUANET, S. P. O olhar iluminista. In: NOVAES, A. (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TODOROV, T. *O espírito das Luzes*. São Paulo: Barcarolla, 2008.